

661

1966 * MENSAGEM
DE
ANO NOVO
DO * CHEFE
DO ESTADO

. 1212



661



O SENHOR ALMIRANTE AMÉRICO THOMAZ AO PROFERIR A SUA MENSAGEM DE ANO NOVO AOS PORTUGUESES ESPALHADOS PELO MUNDO

1966 * MENSAGEM
DE
ANO NOVO
DO * CHEFE
DO ESTADO

S.N.F.
7212

INCORPORAÇÃO

323

1966 - MENSAGEM
DE
ANO NOVO
DO * CHEFE
DO ESTADO

A TRAVÉS dos microfones da Emissora Nacional e das câmaras da Radiotelevisão Portuguesa, mais uma vez o Chefe do Estado mantém a grata tradição de, no primeiro dia dum novo ano, dirigir uma mensagem aos seus compatriotas, aos que vivem em território português e aos que se encontram dispersos no mundo restante, para nela lhes comunicar os seus pensamentos e lhes transmitir as mais efusivas e amigas saudações, com os desejos, bem sentidos, de todas as possíveis felicidades no ano que hoje começou.

Decorreu célere, como os que o precederam, o ano que acabou de sumir-se na voragem insaciável do tempo. Outro o substituiu, para uma vida igualmente efémera. Nesta mutação constante, afigura-se haver agora um fenómeno de visível incongruência, pois, quando tudo se processa a ritmo que se acelera constantemente, pareceria lógico que de tal circunstância resultasse um aparente alongamento no tempo e não precisamente o inverso. Mas a verdade é que, quanto mais aumentam as velocidades e o ritmo da vida, mais rapidamente, também, o tempo parece correr, donde se sempre o presente, mal o é, se torna logo em passado, nunca, como

nos nossos dias, tão evidente verdade pareceu mais evidente. Na realidade, só o que é eterno resiste à acção corrosiva do tempo; tudo o resto se esvai ou se esbate.

Os anos vão assim rapidamente passando e grande parte da Humanidade, a sua maior parte, permanece mergulhada na miséria e na escuridão. E o ano de 1965 foi praticamente mais um ano perdido, pois manteve o Mundo nas mesmas incertezas e inquietações em que tem vivido. Em quase toda a parte continuaram surgindo conflitos e a segurança se tornou mais precária. E os homens, incapazes de resolverem as dificuldades normalmente por eles criadas, pareceram antes apostados em as agravar cada vez mais.

Numa época em que tudo evoluciona velozmente, os atrasos são quase sempre irrecuperáveis e os erros sem remédio. Os grandes homens do século passado dispuseram, quase permanentemente, de tempo suficiente para equacionarem cautelosamente os problemas com que depararam e para os resolverem, assim, da melhor maneira. Esses mesmos homens, transportados para os tempos actuais, deixariam muito possivelmente de ser considerados grandes homens e ver-se-iam igualmente

ultrapassados, como os actuais, pela sucessão rápida dos acontecimentos. E cresce, ainda, que a ficção e a mentira parecem ter hoje muito maior curso no Mundo do que a realidade e a verdade, o que agrava a situação. E o exemplo vem até do organismo internacional mais cimeiro, dominado por uma maioria apaixonada e sem a indispensável maturidade política.

O panorama do Mundo actual continua patenteando falta de ideal firme no bloco ocidental de nações, que, com a sua política pouco unida e de abdições sucessivas, se tem diminuído cada vez mais. O Ocidente, temendo embora o comunismo, muito tem contribuído para a sua expansão e esta verdade em bem pouco tem alterado a sua conduta. A própria N. A. T. O., organismo de características exclusivamente defensivas, que, à parte as deficiências e limitações com que nasceu, conheceu nos seus primeiros anos períodos de vitalidade e eficiência, caiu na mais completa estagnação.

De positivo, o ano de 1965 só deixou a esperança das consequências benéficas que poderão advir do Concílio Vaticano II e da acção abnegadamente desenvolvida pelo Santo Padre Paulo VI, a favor da paz no Mundo.

Tudo, evidentemente, se deve fazer para implantar uma paz duradoura no Mundo, mas nas presentes condições da Humanidade tal paz, infelizmente, só poderá ser uma vaga aspiração. Na realidade, os homens continuam imperfeitos e as nações, como aglomerados de homens, reflectem naturalmente as mesmas imperfeições. Sem uma exemplar sinceridade e um completo desinteresse, não é possível uma paz geral, real e duradoura, ou seja uma verdadeira paz. E esta não pode ser a que convém aos interesses de uns, em oposição aos interesses de outros, mas aquela que a todos por igual envolva.

Mas, para chegar a tal perfeição, muito há que caminhar. Há que educar pacientemente os homens e conseguir a sua perfeita aproximação, através dos caminhos do bem, da verdade e da justiça, rejeitando tudo que seja condenável. Há que procurar fazer chegar a todos, com sabedoria, os meios de progresso de que só alguns podem beneficiar hoje. E cabe às nações ricas o simpático papel de ajudarem eficientemente e desinteressadamente as que vivem com maiores dificuldades, tanto como aos homens ricos cabe ajudar os pobres, para os tornar menos pobres.

Deixando o campo internacional e passando ao plano interno, natural é que refira primeiramente o continuado esforço da Nação no sentido da defesa da sua integridade territorial. No ano de 1965 estendeu-se a três frentes a luta que estamos sustentando no nosso ultramar, contra os elementos terroristas infiltrados através de territórios vizinhos e hostis. Depois do Norte de Angola e da fronteira da Guiné, o Norte de Moçambique passou, também, a ser visado pelo terrorismo africano, impulsionado por interesses estranhos e até antagónicos, mas igualmente inconfessados e conhecidos. Nos ataques a Portugal, esquecendo tudo quanto ele fez e está fazendo a favor da civilização ocidental e cristã, todos os processos se têm usado; a mentira constante e alvar nos areópagos internacionais e as mais abjectas insídias, aprendidas em escolas marxistas. Mas, quando se cumpre o dever para com a Pátria, não há que hesitar. Como disse na inauguração solene da IX Legislatura da Assembleia Nacional, em 30 de Novembro último, «colocada a Nação Portuguesa no trágico dilema de ser ou não ser, de continuar a sua vida ou sofrer profunda viragem na sua História, não temos outra escolha que não a de empe-

nhar-nos, como temos feito, na intransigente defesa da integridade pátria, em qualquer ponto onde tentem atacá-la». O caminho está traçado e não pode, porque não deve, ser trocado por outro. Há que segui-lo, saudando e louvando os que se batem abnegadamente na defesa do rincão pátrio, descobrindo-nos perante os que vão caindo no campo da honra e ajudando aqueles que ficam mutilados pela guerra insidiosa, que no século das luzes desonra a Humanidade.

No ano que findou não saí da Metrópole, mas visitei oficialmente, nela, os distritos de Viseu, de Vila Real e de Faro. Em todas as localidades desses distritos fui carinhosamente recebido, com um entusiasmo que muito me desvaneceu. Ficaram, assim, por mim visitados todos os distritos da parte europeia de Portugal, e de todas essas visitas guardo as mais agradáveis e gratas recordações. É de notar que nas visitas feitas em 1965 foram inaugurados, no distrito de Viseu, a estátua de Salazar, em Santa Comba Dão, os palácios de Justiça de Santa Comba e de Lamego e a barragem de Vilar, no rio Távora; e, no distrito de Faro, o aeroporto de Faro, melhoramento da maior importância para o Algarve e para o seu turismo,

em surto de grande progresso. Muitos outros acontecimentos solicitaram a minha presença em vários pontos do País, mas o seu número não permite a referência de todos eles. Apenas são de lembrar, aqui, a inauguração do Palácio de Justiça de Elvas, as cerimónias realizadas em Fátima, em 13 de Maio, para entrega da Rosa de Ouro ao Santuário (pelo Legado Pontifício, Cardeal Cento), as comemorações do 8.º centenário da reconquista cristã da cidade de Évora, do 2.º centenário do nascimento do poeta Bocage, na cidade de Setúbal, e do 5.º centenário do nascimento de Gil Vicente; e, ainda, as visitas realizadas às obras da ponte sobre o Tejo, às da hidráulica agrícola no Alentejo e às do estaleiro naval da Margueira, por serem obras que marcam uma época e terão, sem dúvida, a mais larga projecção no futuro.

Durante o ano de 1965 terminou o mandato para que a Nação me elegera, por sufrágio directo, em 8 de Junho de 1958. Muito hesitei, pelas razões que expus na mensagem lida perante os representantes das duas câmaras, em 9 de Agosto último, em candidatar-me a novo mandato presidencial, mas acabei por ceder às solicitações que de toda a parte me vieram. De novo fui eleito, mas

desta vez da forma semelhante à estabelecida na Constituição de 1911, embora com mais larga e completa representação nacional.

E, também, no ano de 1965 terminou a VIII Legislatura. Houve, naturalmente, que proceder à eleição de novos deputados, eleição que teve lugar a 7 de Novembro, em todo o território nacional. E a IX Legislatura foi solenemente inaugurada no dia 30 desse mesmo mês.

Referido, sem pormenores, o que de mais relevante se passou no ano de 1965, resta-me acrescentar algumas palavras sobre o ano de 1966.

Na mensagem lida em 30 de Novembro perante as duas Câmaras, na inauguração da IX Legislatura ao abrigo da Constituição de 1933, ficou bem vincado que os dois grandes problemas a encarar nos próximos anos continuariam a ser a defesa da integridade nacional e o desenvolvimento do espaço português: o primeiro, imposto pelas circunstâncias adversas dos tempos que correm e o segundo, derivado das necessidades vitais da grei e essencial à própria garantia da mesma defesa. E, tendo passado apenas um mês sobre a mensagem então lida, não repito nesta o que então disse e escla-

receu amplamente a dupla tarefa a que estamos ligados e obrigados.

O esforço é, sem sombra de dúvida, muito grande e só com muito trabalho e constante tenacidade poderá ser realizado. Mas o ano que hoje começa pode, ele mesmo, constituir uma razão aliciante, pois nele se comemoram 40 anos do regime em que temos vivido e se inauguram muitos empreendimentos da maior valia, sobressaindo, entre todos, a grandiosa ponte sobre o Tejo, em Lisboa, velho sonho que só agora passará a realidade.

Mas, para além do justificado júbilo que a tarefa imensa realizada nos últimos 40 anos muito lógicamente suscitará, haverá, sobretudo, que rever aquilo que não atingiu os resultados previstos e desejados e procurar encetar os caminhos que melhor conduzam às metas alvejadas. O ano, nesse aspecto, deverá ser não apenas um ano de consagração, mas, igualmente, um ano de revisão.

Na realidade, o muito que se fez pôs talvez mais em evidência o que não foi possível fazer, se realizou imperfeitamente, ou se deixou perder, depois de praticamente realizado. E, na nossa mente, deve ter-se sempre

a necessidade de fomentar constantemente e por todos os meios, o aumento do nível de vida geral do povo português, de resolver, em todos os escalões, o problema ainda premente da habitação e de levar a educação e a instrução a todos os lares portugueses. Continua a haver, infelizmente, muita gente que vive mal e com dificuldades imensas: façamos tudo, mas tudo, para que a sua vida não continue a ser apenas um martírio.

Com este apelo, que vem do mais íntimo da minha alma, chego ao fim desta mensagem. Mas não quero terminá-la sem que antes exprima, mais uma vez, toda a minha fé e toda a minha esperança nos destinos de Portugal.

Há quase cinco anos que estamos lutando, quase que sòzinhos, contra a incompreensão, a maldade e os interesses ocultos do mundo; e temos a covicção de que, ao lutarmos pela sagrada integridade do solo pátrio, o estamos fazendo, também, pelos restos da civilização ocidental que há 500 anos levamos à África e ao Oriente. Com a nossa luta, que não devia ser só nossa, temos perdido preciosas vidas e bens imensos, que bem poderiam ter outro destino. O ânimo é que, graças a Deus,

não perdemos, nem perderemos, pois é vivo e forte, como foi sempre o ânimo português, mesmo nas mais adversas circunstâncias.

As minhas preces, no início deste novo ano, dirijam-se uma vez mais a Deus, para que dê a merecida paz a Portugal e acabe com o martírio que parte da Humanidade, com a maior ingratidão, nos tem feito suportar. Se passarmos a ser melhor compreendidos, e com isso só nos farão justiça e se beneficiarão os que nos hostilizam, a paz não demorará. Até lá, continuaremos a lutar, com o mesmo espírito de sempre, e a contar, como temos contado sempre, com a solidariedade da amiga e vizinha Espanha, ainda recentemente reiterada, de forma bem expressiva. E essa solidariedade, embora todas nos agradeam, constitui para nós especial consolação, por vir precisamente da Nação a que o Mundo Ocidental ficou devedor, também, dos maiores serviços.

NB



EFG0000515125

SNI

S.N